

Comentário II sobre o artigo **Trabalho uno ou omni: a dialética entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato**. (ANTUNES, 2010).

Do reconhecimento da dialética do trabalho à prefiguração da sociedade dos trabalhadores livremente associados

*Marcelo Badaró MATTOS**

O artigo de Ricardo Antunes - *Trabalho uno ou omni: a dialética entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato* - recoloca algumas das questões centrais para o debate marxista sobre o trabalho, num duplo patamar. De um lado, recupera as distinções elaboradas por Marx entre trabalho abstrato e trabalho concreto, para sintetizar as reflexões marxianas sobre um elemento (senão *o elemento*) central de suas reflexões: a questão do estranhamento – e da alienação e do fetichismo. De outro lado, recupera o projeto de superação do capitalismo, ou melhor, para empregar a terminologia de Mészáros conforme o faz Antunes, da lógica sócio-metabólica do capital.

No primeiro ponto, explica como a heteronomia da determinação do trabalho subsumido ao capital estranhado, abstrato –, destinado a produzir valores de troca, se sobrepõe ao sentido primeiro do trabalho como necessidade de mediação do metabolismo entre o homem/ser social e a natureza, responsável pela produção de valores de uso – o trabalho concreto. No segundo, resgata o projeto de superação da lógica e do metabolismo

social do capital, por uma sociedade baseada na “[...] associação livre dos trabalhadores [...]”, como a definiu Marx. “Um novo modo de produção e da vida fundado na atividade livre, autônoma e auto determinada, baseada no tempo disponível para produzir valores de uso socialmente necessários [...]”, nas palavras de Antunes (2010).

Já faz algum tempo que Ricardo Antunes é reconhecido entre nós como a principal referência das ciências sociais brasileiras (e a repercussão de sua obra extrapola as fronteiras nacionais) no debate contemporâneo sobre o trabalho, com contribuições significativas em diversas direções. Dentre elas, destaco duas.

A primeira é seu aporte relativamente original para as discussões sobre a caracterização da classe trabalhadora no capitalismo atual. A expressão *classe-que-vive*

* Graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrado e doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense. É professor titular de História do Brasil na Universidade Federal Fluminense. E-mail: marcelobadaromattos@gmail.com

do-trabalho, por ele apresentada em Antunes(1999), foi alvo de intensa polêmica, quase sempre centrada mais na forma das palavras (afinal, não viveriam todas as classes “[...] do trabalho [...]”, sendo que umas viveriam da exploração do trabalho de outras?). Sua importância, porém, transcende em muito tal polêmica formal, pois seu objetivo foi “[...] enfatizar o sentido atual da classe trabalhadora, sua forma de ser [...]”, defendendo a validade analítica do conceito de classe trabalhadora de Marx na atualidade. Seu esforço de crítica aos que afirmaram o fim da classe (ou da validade analítica do conceito) passou pela definição de uma noção ampliada de classe trabalhadora, incluindo “[...] a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos [...]”, mas englobando também os trabalhadores improdutivos, de forma a incorporar, além do proletariado rural,

[...] o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *part time*, o novo proletariado dos Mac Donalds [...], os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas [...], os trabalhadores assalariados da chamada 'economia informal', que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural (ANTUNES, 1999, p.102-104).

Essa é uma contribuição fundamental para compreendermos as formas próprias assumidas pela luta de classes nas últimas décadas, caracterizadas pelo cla-

ro avanço das forças do capital sobre as do trabalho no plano global.

A segunda contribuição que gostaria de ressaltar aqui, mais diretamente relacionada aos argumentos do artigo em foco, diz respeito a suas polêmicas contra os diferentes autores que, a partir de diversas matrizes teóricas, advogam que estamos vivendo um processo de *fim do trabalho*. O argumento defendido por Antunes em diversos trabalhos e resgatado no artigo aqui comentado é claro. A desconsideração da dupla dimensão do trabalho, objeto mesmo do artigo, é a responsável por teses equivocadas. Resgatando seus termos:

[...] a incompreensão e desconsideração desta *dupla e decisiva dimensão* presente no trabalho, vem permitindo com que muitos autores entendam equivocadamente a crise da sociedade do *trabalho abstrato* como expressão da crise da sociedade do *trabalho concreto*. E, desse modo, defenderem equivocadamente o fim do trabalho (ANTUNES, 2010).

Gostaria de ilustrar a crítica de Antunes (2010) inicialmente com um comentário sobre uma das propostas interpretativas da *crise da sociedade do trabalho* e, em seguida, com a retomada de um outro autor que move uma crítica de caráter bastante semelhante à de Antunes contra teses desse tipo. Escolho intencionalmente uma proposta de interpretação que se coloca no plano da esquerda, ou seja, que compreende a natureza estranhada do trabalho sob o capital e se preocupa com a sua superação. Refiro-me aqui ao *Manifesto contra o trabalho* do Grupo Krisis, que teve em Robert Kurz, durante algum

tempo, seu principal arauto. Assumindo um ponto de vista de crítica radical à sociedade capitalista, tal proposta apresenta um programa de negação do trabalho e da via política para sua superação – entendendo política como ação que visa o Estado. O ponto de partida do *Manifesto* também era o de uma afirmação da morte iminente da sociedade do trabalho, a partir da constatação das transformações tecnológicas em curso. Toda a força ideológica da valorização do trabalho, que atravessaria da burguesia em sua fase neoliberal ao *sindicalista pançudo* em sua grita por mais emprego, corresponderia justamente à fase em que a crise do trabalho se encontra em estágio terminal:

Um defunto domina a sociedade – o defunto do trabalho. [...] A produção de riqueza desvincula-se cada vez mais, na sequência da revolução microeletrônica, do uso de força de trabalho humano – numa escala que há poucas décadas só poderia ser imaginada como ficção científica. Ninguém poderá afirmar seriamente que este processo pode ser freado ou, até mesmo, invertido. A venda da mercadoria força de trabalho será no século XXI tão promissora quanto a venda de carruagens de correio no século XX (GRUPO KRISIS, 1999, não paginado).

A terminalidade do trabalho decorreria de uma *ditadura do trabalho morto*. As transformações tecnológicas em curso decretariam o fim da possibilidade de qualquer utopia baseada no trabalho (e, portanto, nos trabalhadores, também eles condenados a perecer). Afinal:

[...] pela primeira vez, a velocidade de inovação do processo ultrapassa a velocidade

de inovação do produto. Pela primeira vez, mais trabalho é racionalizado do que o que pode ser reabsorvido pela expansão dos mercados. Na continuação lógica da racionalização, a robótica eletrônica substitui a energia humana, ou as novas tecnologias de comunicação tornam o trabalho supérfluo. Setores inteiros e níveis da construção civil, da produção, do marketing, do armazenamento, da distribuição e mesmo do gerenciamento caem fora. Pela primeira vez o deus-trabalho submete-se, involuntariamente, a uma razão de fome permanente. Com isso, provoca sua própria morte (GRUPO KRISIS, 1999, não paginado).

Nessa perspectiva, encontram-se combinados dois problemas de fundo: de um lado, uma confusão entre a tendência do capital a incorporar cada vez mais trabalho morto (máquinas, tecnologias etc.) ao processo produtivo com a possibilidade de abolição completa do trabalho vivo como resultado e sob a vigência da dinâmica de valorização do capital. De outro lado, um profundo determinismo tecnológico que atribui à *revolução microeletrônica*, à *robótica* e às *tecnologias de comunicação* um papel de sujeitos do processo histórico capitalista. Em seu vocabulário, o *Manifesto contra o trabalho* faz um certo contorcionismo verbal: reconhece que critica o trabalho abstrato, mas evita reconhecer a dimensão concreta do trabalho, apelidando-a de *atividade*:

Trabalho não é, de modo algum, idêntico ao fato de que os homens transformam a natureza e se relacionam através de suas atividades. Enquanto houver homens, eles construirão casas, produzirão vestimentas, alimentos, tanto quanto outras coisas, criarão filhos, escreverão livros, discutirão, farão hortas, música etc. Isto é banal e se entende por si mesmo. O que não é óbvio é que a *atividade humana em si*, o puro 'gasto

de força de trabalho', sem levar em consideração qualquer conteúdo e independente das necessidades e da vontade dos envolvidos, torne-se um princípio abstrato, que domina as relações sociais (GRUPO KRISIS, 1999, não paginado).

Neste ponto, podemos perceber como a análise de um crítico de formação teórica um tanto distinta da de Ricardo Antunes, como Daniel Bensaid, pode ser semelhante e complementar à sua.¹ Retomo aqui uma crítica de Bensaid (2000) às proposições de Gorz, outro autor criticado por Antunes em diversos de seus escritos, que pode ser facilmente estendida ao raciocínio do Grupo Krisis. Nela, Bensaid (2000) ressalta os limites do determinismo tecnológico para a compreensão do processo em curso:

O trabalho abstrato não desaparece: em sua sede por lucro, o capital sempre tem necessidade do trabalho vivo, ainda que deva mobilizar uma quantidade crescente de trabalho morto para transformá-lo em valor. Depois da partida de xadrez de Kasparov contra um computador, disseram que a máquina havia vencido ao homem. Mas *Deep Blue* nunca foi nada mais do que uma massa considerável de trabalho morto acumulado e socializado (BENSAID, 2000, p.90).

Bensaid (2000) não procede negando

1 Refiro-me ao fato de Antunes buscar a inspiração de suas análises na crítica ontológica de Lukács, enquanto Bensaid ter sido formado na tradição trotskista da IV Internacional. No entanto, por óbvio, os dois movimentam-se no terreno comum do marxismo, fortemente ancorados nas análises do próprio Marx, o que torna essa aproximação um diálogo sobre bases muito semelhantes, apesar do uso de um vocabulário certas vezes distinto.

simplesmente a crise do trabalho, mas qualificando o processo em curso, de forma absolutamente próxima a de Antunes, como o de uma crise do trabalho assalariado, do trabalho abstrato como medida geral de riqueza social. Uma crise que, seguindo sua análise, Marx previra, quando nos *Grundrisse* afirmava o contraditório processo em que o capital levava às máximas potencialidades a ciência e a comunicação social, mas continuava buscando aprisioná-las à medida do valor. Nas palavras de Marx:

O roubo do tempo de trabalho alheio, sobre o qual se baseia a riqueza atual, torna-se uma base miserável se considerarmos aquela recém desenvolvida e que foi criada pela própria indústria. A partir do momento em que o trabalho sob a sua forma imediata deixou de ser a grande força da riqueza, o tempo de trabalho deixa de ser, necessariamente, a medida de valor de uso [...]. Por um lado, [o capital] dá vida a todas as capacidades da ciência e da natureza, assim como da combinação e da comunicação social, para fazer com que a criação da riqueza seja relativamente independente do tempo de trabalho a que se refere. Por outro lado, quer medir estas gigantescas forças sociais assim criadas e aprisioná-las nos limites requeridos para conservar o valor como valor já criado (MARX apud BENSAID, 2000).

Dessa forma, Bensaid (2000) chama a atenção para o fato de que embora no atual estágio de desenvolvimento capitalista, conforme a previsão de Marx, a medição da riqueza por meio do tempo de trabalho tenha se tornado uma *base miserável* – porque as formas mediatas de trabalho possuem peso cada vez maior em relação às formas imediatas – o capitalismo está bem distante de ter abolido

o trabalho vivo e aquela *base agora miserável* continua ser a base para a medida da riqueza social. Daí que para Bensaïd (2000) possa ser percebida uma mudança na [...] composição orgânica do trabalho [...]"', mas não o seu fim próximo.

Por outro lado, em sua crítica, Bensaïd (2000) ressalta a unilateralidade dos profetas do fim do trabalho (tão críticos, por sua vez, da unilateralidade da imagem do trabalho como libertador). Para ele, falta a estas análises a compreensão da dupla perspectiva do trabalho, tal como a desvelou Marx. A terminologia que emprega é ligeiramente distinta, já que Bensaïd (2000) prefere falar em dimensão antropológica (ao invés de ontológica) do trabalho, mas, parece-me, chegamos aqui ao mesmo ponto em que eu havia interrompido o comentário ao texto de Antunes (2010):

O dogma do trabalho libertador e a profecia do final do trabalho têm em comum sua unilateralidade. O primeiro só considera a dimensão antropológica do trabalho, abstraindo seu caráter historicamente determinado. O segundo só leva em consideração seu caráter concretamente alienado e alienante, abstraindo suas potencialidades criadoras. Na realidade, na 'imbricação da ação e do trabalho', as dimensões antropológicas e históricas estão estreitamente combinadas. Ainda que a alienação domine o trabalho assalariado há, ao mesmo tempo, um processo de socialização 'forçosamente ambivalente'. [...] Não se trata de negar essa contradição, mas de se instalar nela para trabalhá-la. Por trás do trabalho imposto persiste, ainda que de forma débil, surda, essa 'necessidade do possível', que diferencia a atividade humana da plenitude simplesmente vegetativa. É o sinal, mesmo, de sua finitude e de sua capacidade para 'ir mais longe', para melhor ou para pior (BENSAÏD, 2000,

p.100).

Para concluir, gostaria de justificar politicamente a importância da recuperação e atualização que Antunes (e vimos aqui que ele não está sozinho) faz do debate sobre a dimensão dialética do trabalho em Marx. Na segunda parte de seu artigo, Antunes discute a necessidade de superação da lógica social do capital e, portanto, a construção de um novo metabolismo social que supere o trabalho assalariado/abstrato. Em suas palavras: "A abstração do trabalho realizada pelo capitalismo deve ser demolida e superada pela concretude do trabalho dotado de sentido (ANTUNES, 2010)".

A questão é: quem será o sujeito social capaz de levar adiante tal demolição/superação? Os argumentos dos que apontam uma crise da sociedade do trabalho, sem referência a sua dupla dimensão, são desdobrados em uma negação da classe trabalhadora e/ou de seu potencial emancipatório. Mesmo teses críticas como a do *Manifesto contra o trabalho* apresentam a classe trabalhadora como uma parcela acomodada à ordem, como outro lado da moeda do capital. Para seus autores: "[...] tampouco era a classe trabalhadora, enquanto tal, a contradição antagônica ao capital e o sujeito da emancipação humana" (GRUPO KRISIS, 1999).

Negando a dialética entre trabalho concreto e trabalho abstrato, tais teses negam a possibilidade de uma dimensão autônoma e emancipada do trabalho, ao mesmo tempo em que recusam uma potencialidade transformadora da classe

trabalhadora. Acontece, porém, que tal transformação é, nesses tempos de barbárie acelerada do capital, cada vez mais necessária. Não sendo possível acreditar que o capitalismo acabará simplesmente pelos avanços tecnológicos, ou pelo crescimento do peso do trabalho morto, resta trabalhar politicamente pela sua superação como resultado da luta de classes. Daí a importância fundamental do esforço de Ricardo Antunes em prefigurar o outro mundo, possível sim, mas radicalmente distinto, em que o “[...] trabalho autodeterminado [...] tornará sem sentido o capital, eliminando-o, gerará as condições sociais para o florescimento de uma subjetividade autêntica e emancipada, dando um novo sentido ao trabalho e à vida, ambas, então, dotadas de verdadeiro sentido” (ANTUNES, 2010).

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. Trabalho uno ou omni: a dialética entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. **Argumentum**, Vitória, v.2, n.2, p 09-15, jul./dez.2010.

BENSAID, Daniel. Trabalho e emancipação. In: BENSAID, D. & LOWY, Michel. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000.

GRUPO KRISIS. **Manifesto contra o trabalho**. 1999. Disponível em: <<http://www.consciencia.org/krisis.shtml>>. Acesso em: nov. 2010.